

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA *CAMPUS GV*
FACULDADE DE DIREITO

Elisângela Rodrigues Andrade Vieira Helal

**ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA (CCSS) DA
UFJF-GV NA TENTATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA
REVERSA**

Governador Valadares

2021

Elisângela Rodrigues Andrade Vieira Helal

**ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA (CCSS) DA
UFJF-GV NA TENTATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA
REVERSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Direito da Universidade Federal de
Juiz de Fora Campus GV, como requisito parcial
para obtenção do título de graduação em Direito.

Orientadora: Fernanda Henrique Cupertino
Alcântara

Governador Valadares

2021

Elisângela Rodrigues Andrade Vieira Helal

**ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA (CCSS) DA
UFJF-GV NA TENTATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA LOGÍSTICA
REVERSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Direito da Universidade Federal de
Juiz de Fora Campus GV, como requisito parcial
para obtenção do título de graduação em Direito.

Orientadora: Fernanda Henrique Cupertino
Alcântara

Prof. Dra. Fernanda Henrique Cupertino Alcântara - UFJF-GV (Orientadora)

Prof. Dra. Rosana Ribeiro Felisberto - UFJF-GV (Banca Examinadora)

Prof. Dr. Jamir Calili Ribeiro - UFJF-GV (Banca Examinadora)

Governador Valadares, 14 de setembro de 2021.

Para minha família

AGRADECIMENTOS

Eu tenho um pote de gratidão. Não é um pote metafórico (esse também existe), é de papelão com uma tampa de metal e um laço azul, decorado com palavras motivacionais. Lá, sempre que lembro, deposito algum agradecimento, porque a necessidade de ser grata faz parte de mim.

Agradeço a Deus, sempre e em primeiro lugar, pois crer em Deus faz de mim quem sou. A fé tem um papel muito especial em minha vida. Acredito que a ciência não afasta os homens de Deus, apenas a arrogância o faz.

A minha família, minha razão de ser, e meus amigos (não citarei nomes, apesar de serem poucos), agradeço por me amarem como sou. Nem sempre me permitem o silêncio que tanto gosto, mas o barulho que fazem me mantém alerta, não me deixa esquecer que há tempo para tudo: para estudar e jogar conversa fora, para trabalhar e para descansar, para brigar e para acolher, enfim para os bons e maus momentos.

A Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, minha orientadora e professora, sou grata por acreditar em mim, pelas oportunidades oferecidas, por todos os ensinamentos, por ser coerente com o que ensina. Este trabalho surgiu, porque você abriu a porta. Queria ter a pontinha de um dedo mindinho da sua disposição, da sua organização e da sua garra. Você é um exemplo para mim.

Aos professores, Rosana Felisberto Ribeiro e Jamir Calili Ribeiro, obrigada por aceitarem o convite para fazer parte da banca examinadora. Também tive a oportunidade de aprender com vocês sobre respeito através do comprometimento e seriedade com que realizam seu trabalho e no tratamento com as pessoas.

A todas as pessoas que de alguma maneira contribuíram para a realização desta pesquisa, principalmente, aos parceiros da Comunidade São Geraldo, do Colégio Lourdinas e da UFJF-GV, meu muito obrigada.

Este trabalho é uma forma de demonstrar que cada um de nós pode e deve contribuir para o cuidado com o meio ambiente, a nossa *casa comum*, por meio de pequenas atitudes, que se fortalecem através da cooperação. É a maneira de demonstrar minha gratidão a Deus e às pessoas.

Saiu a Semeador a semear
Semeou o dia todo
e a noite o apanhou ainda
com as mãos cheias de sementes.

Ele semeava tranquilo
sem pensar na colheita
porque muito tinha colhido
do que outros semearam.

Jovem, seja você esse semeador
Semeia com otimismo
Semeia com idealismo
as sementes vivas
da Paz e da Justiça.

(CORALINA, 2017, p. 243)

RESUMO

A *logística reversa* — ou o processo de reutilização de resíduos de difícil reciclabilidade — é um dos mecanismos para o desenvolvimento econômico e social aliado à preservação do meio ambiente proposto pela Política Nacional de Resíduos Sólidos e que deve ser implementado pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta, segundo o Decreto Federal 5940/2006. O objetivo central do trabalho é abordar a implantação da Comissão de Coleta Seletiva Solidária no *campus* da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares, apresentar e analisar os procedimentos utilizados pela comissão para, além de atender à legislação, *institucionalizar* hábitos de consumo sustentável, separação e destinação adequada de resíduos sólidos. A proposta foi desenvolvida a partir da metodologia da *pesquisa-ação* participativa e possibilitada pelos estudos e práticas fomentados na extensão universitária. Numa breve avaliação sobre os procedimentos adotados pela CCSS, verifica-se que ações educativas para fortalecer a conscientização e incentivar a mudança de atitudes demandam persistência, reflexividade e cooperação, afinal, não se efetivam a curto prazo e por isso é necessário sempre divulgar e buscar parcerias para que haja continuidade.

Palavras-chave: *Logística reversa*. *Institucionalização*. Coleta seletiva. Reflexividade. Cooperação.

ABSTRACT

Reverse logistics - or the process of reusing waste that is difficult to recycle - is one of the mechanisms for economic and social development combined with the preservation of the environment proposed by the National Solid Waste Policy and which must be implemented by Federal Public Administration bodies and entities direct and indirect, according to Federal Decree 5940/2006. The main objective of the work is to address the implementation of the Solidarity Selective Collection Commission on the *campus* of the Federal University of Juiz de Fora in Governador Valadares, to present and analyze the procedures used by the commission to, in addition to complying with legislation, *institutionalize* sustainable consumption habits, separation and disposal of solid waste. The proposal was developed from the methodology of *participatory action research* and made possible by the studies and practices promoted in university extension. In a brief assessment of the procedures adopted by the CCSS, it appears that educational actions to strengthen awareness and encourage change in attitudes demand persistence, reflexivity and cooperation, after all, they do not take place in the short term and that is why it is necessary whenever they disseminate and seek partnerships for continuity.

Keywords: *Reverse logistics*. *Institutionalization*. Selective collection. Reflexivity. Cooperation.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2 O QUE É <i>LOGÍSTICA REVERSA</i>?..... | 10 |
| 2.1 Principais dispositivos legais..... | 13 |
| 2.2 Tentativa de parcerias..... | 16 |
| 2.3 Formas de divulgação..... | 19 |
| 3 BASES METODOLÓGICAS: <i>PESQUISA-AÇÃO</i>..... | 22 |
| 4 A <i>INSTITUCIONALIZAÇÃO</i> DE AÇÕES SOCIAIS COM FOCO NA <i>LOGÍSTICA REVERSA</i>..... | 26 |
| 5 CONCLUSÃO..... | 34 |
| REFERÊNCIAS..... | 35 |

1 INTRODUÇÃO

A tentativa de *institucionalização* de ações sociais e ambientais no intuito de incentivar a *logística reversa* é uma das atividades da Comissão de Coleta Seletiva Solidária (CCSS) da UFJF *campus* Governador Valadares.

Neste trabalho serão abordados os projetos e as campanhas desenvolvidos pela comissão, que foi criada para atender ao Decreto Federal 5940/2006, relativo à coleta de resíduos sólidos, e para promover atitudes, de modo cooperativo e participativo, no intuito de minimizar os problemas coletivos referentes ao descarte incorreto de resíduos.

Numa sociedade regida pela frase “tempo é dinheiro”, projetos que envolvem ações sem fins lucrativos podem não parecer interessantes e, por isso, não receber o merecido incentivo e demorar mais tempo para se expandir. Desse modo, para tentar organizar ações a longo prazo em benefício do meio ambiente é preciso um trabalho contínuo, incansável em busca de parceiros que compartilhem dos mesmos valores e ideais.

A pesquisa desenvolvida a partir das atividades realizadas em prol da coleta seletiva solidária e da *logística reversa* está estruturada em cinco seções, contabilizando a introdução.

A princípio, aborda-se a *logística reversa*, os principais dispositivos legais sobre o tema que fundamentaram o surgimento da CCSS, apresentam-se as parcerias da comissão e as formas de divulgação dos trabalhos.

Posteriormente, demonstram-se os procedimentos metodológicos da *pesquisa-ação*, que serviram de base para o desenvolvimento das atividades, uma vez que se ajusta melhor aos propósitos de intervenção da CCSS, a fim de desencadear ações e avaliá-las em busca de alternativas e não apenas de levantamento de problemas.

Na sequência, discorre-se sobre alguns mecanismos de *institucionalização* de ações sociais com foco na *logística reversa*, como um convite a pensar em maneiras de efetivar a mudança de comportamento em favor de atitudes sustentáveis. Para isso, recorre-se às funções da linguagem e aos conceitos de cooperação, *rotinização* e reflexividade sobre a prática, solidariedade e cuidado.

2 O QUE É *LOGÍSTICA REVERSA*?

A Lei Federal nº 12.305/2010 institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e apresenta nos incisos do seu art. 3º, as definições dos termos mais recorrentes relacionados a sua temática. No inc. XII, *logística reversa* está definida como:

XII [...] instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

A *logística reversa* é um instrumento em prol da destinação correta das embalagens e materiais descartados após o consumo do cliente final, como buchas de cozinha, materiais de escrita, cápsulas de café, embalagens de cosméticos e medicamentos, óleo de cozinha e vários outros, que iriam para aterros sanitários e lixões, causando um impacto negativo ao meio ambiente. A responsabilidade de uma empresa pelo produto comercializado não termina quando o consumidor realiza a compra, mas quando a empresa consegue retornar os resíduos para a cadeia produtiva (BLOG.EURECICLO, 2021).

No site do Ministério do Meio Ambiente (2007), encontra-se uma matéria em que foram elencados alguns dos principais conceitos e instrumentos relacionados à gestão de resíduos sólidos (quando a PNRS era ainda um projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo), tais como: acordo setorial, responsabilidade compartilhada, *logística reversa*, coleta seletiva, ciclo de vida do produto (cujas definições encontram-se no Capítulo II, do Título I, das Disposições Gerais da Lei 12.305/2010); Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), Planos de Resíduos Sólidos na esfera nacional, estadual, regional e municipal de gestão integrada, e os planos de gerenciamento de resíduos (presentes nos artigos do Título III, Capítulo II, Seções I a V, da Lei 12.305/2010).

Para indicar a prioridade e obrigatoriedade da *logística reversa*, a PNRS baseou-se nos critérios de volume de resíduos gerados pelo seu consumo ou na periculosidade dos resíduos para o meio ambiente e para as pessoas. É possível conferir, no art. 33 da Lei, a lista dos produtos para os quais a implementação do sistema de *logística reversa* é obrigatória. São eles: agrotóxicos e óleos lubrificantes, com seus resíduos e embalagens, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista, produtos eletrônicos e seus componentes, produtos comercializados em embalagens de plástico, de

metal ou de vidro e demais embalagens, conforme o grau e a extensão do impacto causado à saúde pública e ao meio ambiente (BRASIL, 2010).

Em razão da grande quantidade de comercialização dos mais variados tipos de embalagens, e a fim de garantir a isonomia na fiscalização e no cumprimento das obrigações quanto a esses resíduos, foi publicado o Decreto Presidencial nº 9.177/2017, que regulamenta o art. 33 da Lei Federal 12.305/2010, e tornou obrigatório o cumprimento dos objetivos do Acordo Setorial para Implantação de *Logística Reversa* de Embalagens em Geral para todas as empresas pertencentes à categoria, mesmo não fazendo parte do grupo signatário. Desse modo, fabricantes, importadoras, comerciantes e distribuidoras de embalagens e de produtos comercializados em embalagens estão obrigadas a implementar os sistemas previstos e cumprir a meta mínima de reciclagem de 22% do volume anual disposto no mercado nacional (POLEN, 2020).

Existem diferentes possibilidades de descarte para os resíduos. Eles podem ser destinados à coleta regular e terminar em aterros sanitários como se fossem rejeitos; ou podem ser entregues aos funcionários da coleta seletiva ou em pontos de entrega voluntária, de onde são encaminhados para associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que realizam a triagem por tipo de material e os comercializam. Além do benefício ambiental proporcionado pelo retorno dos resíduos ao ciclo produtivo, a receita gerada favorece social e economicamente os catadores, criando uma imagem positiva para as companhias que cumprem as disposições legais (DEMAJOROVIC; MASSOTE, 2017).

As exigências globais quanto à proteção do meio ambiente favorecem a criação de leis para pressionar as empresas a se responsabilizar pela destinação adequada dos materiais que produzem, mas a sociedade também precisa reconhecer as obrigações decorrentes de suas atividades de consumo dos mais variados tipos de materiais descartáveis e cooperar para que esse processo funcione. Entretanto, muitas pessoas desconhecem as diferentes maneiras de separação e de coleta das embalagens e dos produtos utilizados e ignoram o impacto negativo que o excesso de descarte incorreto tem causado ao meio ambiente, sendo necessário um trabalho de conscientização social nos moldes do que a CCSS se propõe a realizar.

Inclusive, há diferentes formas de *logística reversa*. Alguns materiais são indenizáveis, enquanto outros não são. Algumas campanhas realizadas pela CCSS, como a de coleta de buchas e materiais de escrita utilizados, de cápsulas de café, entre outros produtos, são indenizáveis. Os resíduos coletados são encaminhados para empresas que atuam nesse mercado (como a TerraCycle) e, de acordo com a quantidade recolhida e encaminhada, vai sendo acumulada uma pontuação em nome da associação sem fins lucrativos cadastrada no

sistema da empresa de reciclagem e, periodicamente, a quantia apurada é revertida em favor da instituição cadastrada (TERRACYCLE, 2021).

Há também empresas como a Pragma, que trabalham com *logística reversa* e remuneram os cadastrados em seu programa. Nesse caso, os principais colaboradores são as associações e cooperativas regularizadas, que trabalham com a coleta seletiva e podem emitir notas fiscais. Afinal, como as fabricantes, importadoras, comerciantes e distribuidoras têm a responsabilidade de cumprir metas de reciclagem sobre a quantidade de materiais que colocam no mercado, os catadores que ajudam na realização dessa tarefa são remunerados por meio das notas fiscais emitidas, que servirão para comprovar que as empresas efetivaram a obrigação prevista no acordo setorial. E esse trabalho beneficia a sociedade de maneira geral. Um aspecto relevante do trabalho realizado pela Pragma é a assessoria jurídica, contábil e econômica para os catadores e associações que desejam participar do programa, mas ainda não são registrados formalmente. A empresa reconhece que os catadores são a base da reciclagem no Brasil e importantes parceiros. Por esse motivo, oferece apoio aos que desejam regularizar sua situação.

Nos sites da CCSS e do Programa Ambiente-se, é possível ter acesso a todos projetos, ações, programas de extensão, pesquisas e artes relacionados à *logística reversa*, bem como várias outras informações para quem deseja se inteirar sobre o assunto.

2.1 Principais dispositivos legais

As leis exercem o papel de estabelecer condutas, fixar padrões de comportamento, impondo penalidades ou premiando atitudes, a fim de propiciar a harmonia e o desenvolvimento coletivo. E, embora não sejam suficientes para resolver todos os problemas sociais, são a expressão de um Estado Constitucional Democrático de Direito (CANOTILHO, 1999) da vontade popular, e exercem importante função social.

Exemplo disso é a previsão do artigo 225, § 1º, VI, da Constituição Federal:

Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 1988)

Com base no artigo constitucional, é possível inferir que, se todos têm o direito a um meio ambiente saudável e equilibrado, certamente há deveres a serem realizados coletivamente para que seja possível compartilhar desse espaço desejado. O Decreto Federal 5.940/2006, visando garantir a devida atenção ao ordenamento constitucional, instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.

Convém ressaltar que o Decreto Federal 5940/2006 não aborda especificamente a *logística reversa*, mas a importância da reciclagem, de modo geral, como prática essencial ao cuidado com o meio ambiente e, nesse ponto, é necessário reconhecer a indispensabilidade das instituições que assumem esse compromisso de atuar para a efetivação dos comandos em favor de uma sociedade mais saudável e com melhor qualidade de vida.

Também em concordância com o Decreto Federal 5940/2006, foi publicada a Lei Federal nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e aborda os instrumentos para viabilização de avanços necessários ao enfrentamento dos diversos problemas ambientais, sociais e econômicos derivados do inadequado manejo e destinação adequada dos resíduos sólidos.

A principal proposta da PNRS é disseminar a prática de hábitos de consumo sustentável e instrumentos aptos a viabilizar o aumento da reciclagem, da reutilização e da destinação adequada dos resíduos e dos rejeitos, e tem como metas a eliminação dos “lixões”, a ampliação dos índices de reciclagem no país, a diminuição do uso de recursos naturais para a produção de novos produtos, a intensificação de ações de educação ambiental, a inclusão social e geração de emprego e renda para os catadores de materiais recicláveis.

A existência de leis como a PNRS é de fundamental importância, mas é preciso potencializar a discussão sobre a responsabilidade com o descarte adequado de resíduos e sobre a necessidade da redução do consumo, conforme mencionou Duda Salabert (2021), em palestra sobre educação e políticas públicas intitulada “A condição da educação e da universidade na composição da crise das instituições democráticas”.

Uma sugestão foi a abertura de espaços para a conscientização. A escola, por exemplo, é um lugar propício para introduzir discussões sobre o tema e buscar alternativas. Além disso, atitudes que demonstram compromisso ambiental, como as que ocorreram na campanha política de Salabert, no ano de 2020, precisam ser multiplicadas. A candidata a vereadora foi eleita com a maior quantidade de votos da história do legislativo de Belo Horizonte e toda a propaganda eleitoral foi realizada sem o desperdício de recursos com

panfletos impressos e foi assumida a responsabilidade de plantar uma árvore para cada voto recebido.

Alcântara (2005, p. 88) menciona que as instituições interferem no comportamento dos indivíduos por meio de incentivos ou de constrangimentos previamente estabelecidos e aceitos, que podem ser formais ou informais. O estabelecimento de normas é necessário, é uma das bases da *institucionalização* de comportamentos (como se verá adiante), pois determinadas posturas não são realizadas espontaneamente, precisam de estímulo ou reprimenda.

Modificação de hábitos começa com a mudança de consciência que acontece por meio da educação. Por isso, existe a necessidade de potencializar a ecoalfabetização como uma forma de proteger o meio ambiente e os grupos sociais mais vulneráveis, pois, em meio à grave crise climática vivida atualmente, é necessário lembrar que, quando a sociedade passa por situações em que acontece a racionalização de recursos, os principais atingidos são as classes mais excluídas e marginalizadas. Desse modo, cuidar do meio ambiente é cuidar também da população menos favorecida, que é a primeira a sofrer diretamente os impactos negativos das tragédias ambientais.

Neste trabalho de pesquisa, destaca-se a atuação da CCSS no *campus* da UFJF de Governador Valadares na divulgação da *logística reversa* e na educação para o desenvolvimento de práticas sustentáveis em prol do meio ambiente e da economia solidária. Porém, o intuito da comissão não se restringe a atender às disposições legais constantes na determinação federal e nem somente ao trabalho com a *logística reversa*. Também se dedica a divulgar os trabalhos voltados à promoção da qualidade de vida e à geração de renda para envolvidos com a coleta seletiva. Desse modo, múltiplas são as atividades realizadas pela CCSS, por envolver diversas áreas e diferentes atores sociais, mas nem todas serão abordadas.

Entre as muitas ações da CCSS, que foi instituída pela Portaria 37/2018, é preciso mencionar a criação do Projeto Piloto, em 2018, para a implantação do sistema de coleta seletiva solidária no *campus* da UFJF-GV, que ocorreu em várias etapas, tais como: levantamento do consumo e da geração de resíduos no setor administrativo; mapeamento e dimensionamento das instalações usadas no *campus* GV; reuniões com representantes da administração municipal e da UFJF, e com várias outras instituições parceiras, além dos discentes, docentes e TAEs, por meio de seus representantes; planejamento da coleta e destinação dos resíduos; pedidos para designação de responsável pelo gerenciamento da

coleta seletiva solidária e de apoio na criação e divulgação da campanha; divulgação, informação e conscientização; disseminação de política de consumo sustentável; mapeamento de projetos de extensão com temas correlatos; dimensionamento das instituições parceiras com relação a destinação dos resíduos e avaliação da quantidade de resíduos descartados pelo Restaurante Universitário e sua qualificação; criação do email e do site institucional; criação da arte para representar a identidade visual da comissão (CCSS, 2021).

Todas as atividades mencionadas serviram e servem para nortear os trabalhos da CCSS. Entretanto, a *institucionalização* (ALCÂNTARA, 2005) da CCSS não se deve meramente ao cumprimento da legislação numa prática reativa, mas demonstra o papel proativo da universidade, pautado no tripé ensino, pesquisa e extensão, a fim de gerar mudanças significativas para a qualidade de vida tanto das pessoas que integram o ambiente acadêmico quanto das comunidades que o rodeiam. Práticas proativas a fim de solucionar problemas ambientais e promover a inclusão social, como as que se desenvolvem na CCSS, contribuem para legitimar o papel social da universidade.

Em vista disso, é preciso reconhecer o valor dos dispositivos legais, mas sem descuidar das ações em favor do desenvolvimento de novas consciências para que se efetivem e *rotinizem* (ALCÂNTARA, 2005) novas práticas voltadas à valorização do meio ambiente e da economia solidária.

2.2 Tentativa de parcerias

As propostas de *logística reversa* e separação de resíduos dependem da cooperação das pessoas dispostas a adotar novos hábitos e novas práticas. Não é uma tarefa fácil e por mais evidente que seja a necessidade de preservação ambiental e a relação entre o cuidado com o meio ambiente e a destinação que cada um dá aos resíduos que descarta, não é ainda um dever inculcado nas práticas cotidianas.

Eu mesma aprendi muito enquanto bolsista de Treinamento Profissional de Gestão (TP Gestão) da CCSS e não fazia ideia sobre alguns cuidados essenciais na separação de resíduos. Por mais que sempre me preocupasse em separar os materiais secos e molhados, mesmo sem ter coleta seletiva no bairro onde moro, perceber o quanto eu desconhecia sobre o assunto fez com que tivesse mais paciência e persistência na divulgação da *logística reversa*. Muitas ideias foram surgindo, e ainda surgem, sobre maneiras possíveis de alcançar adesão.

Uma das minhas primeiras ações na Comissão foi a divulgação da *logística reversa* para a comunidade católica do bairro São Geraldo, em Governador Valadares, durante a Campanha da Fraternidade de 2019 (CF/2019), cujo tema era “Fraternidade e Políticas Públicas” e o lema “Serás libertado pelo direito e pela justiça!” (Isaías 1, 27). No decorrer dos encontros, o grupo de estudos da CF/2019 entendeu que Políticas Públicas são ações discutidas, aprovadas e programadas para que sejam encontradas soluções para os problemas sociais, a fim de proporcionar uma vida com dignidade. Apesar de ser uma ação do Estado, em busca de garantir o bem-estar, a segurança e diversas outras necessidades à população, não é uma ação somente do governo. Há diversos atores envolvidos na tentativa de solucionar determinados problemas, partindo de princípios, critérios e procedimentos que podem resultar em ações, projetos ou programas para efetivar os direitos e deveres previstos constitucionalmente e por outras leis. Assim, reconhecendo entre os católicos o interesse de participar de Políticas Públicas em prol da fraternidade para tentar superar as dificuldades sociais presentes na nossa comunidade, delineou-se um espaço para propor a separação de resíduos e a *logística reversa* como uma possibilidade de colocar em prática o que estava sendo estudado na campanha. Geralmente, as pessoas pensam que transformações sociais dependem de ações mirabolantes e começam em algum local distante. Mas, aquele lugar e aquele grupo de pessoas foi a semente de uma primeira parceria.

Importante frisar que a CCSS é composta por servidores públicos e alunos da UFJF-GV e o que está sendo relatado é parte das ações nas quais atuei diretamente durante o período em que fui bolsista do TP Gestão, de agosto de 2019 a maio de 2021. Desse modo, outras formas de parceria e ações foram firmadas por intermédio de colaboradores diversos e de maneiras distintas, que nem sempre estão relacionadas diretamente ao foco institucional, mas vão surgindo em razão das contingências e das relações pessoais-institucionais proporcionadas pela relação pessoal de cada agente no território em que a UFJF-GV está inserida.

A parceria firmada com o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, e com outras instituições educacionais com as quais mantenho contato, serve para ilustrar que algumas possibilidades de ampliação do projeto decorrem do vínculo particular que tenho com a universidade, enquanto aluna, e com escola de ensino fundamental e médio, enquanto professora. Além disso, outras eventualidades como a própria localização física do Colégio Lourdinhas, às margens do Rio Doce, que sofreu diretamente o impacto das tragédias envolvendo a Companhia Vale, fazem com que o ambiente escolar que já é propício para conscientizar a parcela mais jovem da sociedade, tenha razões a mais para implementar ações

em prol da sociedade e do meio ambiente, uma vez que foi vítima das consequências do descaso humano com a natureza.

Dessa maneira, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes de Governador Valadares, com o apoio dos professores de todos os segmentos e da coordenação pedagógica, foi elaborado um projeto institucional com o tema “*Logística reversa*, coleta seletiva e economia solidária” e com o lema “Projeto de vida: cuidado e compromisso com a *casa comum*”. Por se tratar de uma escola confessional católica, pode-se perceber que a estruturação do projeto também seguiu os moldes da Campanha da Fraternidade, contendo tema e lema. Estava programada uma gincana voltada para a *logística reversa*, com arrecadação de buchas de cozinha usadas e materiais de escrita usados, além de diversas atividades envolvendo reciclagem, reutilização e *logística reversa* de vários tipos de resíduos, mas com o início da pandemia de COVID 19 e com a preocupação de encontrar novas formas de prosseguir com as aulas, o projeto institucional não teve continuidade. Atualmente, o trabalho de conscientização com os alunos e a tentativa de arrecadação de materiais para a *logística reversa* continuam, mas é um processo bem lento.

Os vicentinos da Sociedade São Vicente de Paulo também fazem parte da parceria com a CCSS para apoiar a *logística reversa*. Inclusive, o Conselho Central de Governador Valadares (SSVP CCGV) é o cadastrado da CCSS para receber os valores arrecadados com os materiais coletados na Comunidade São Geraldo e no Colégio Lourdinhas. Por meio de reuniões com os integrantes da Conferência do Conselho Particular Nossa Senhora Aparecida, foi divulgada a proposta sobre a importância da *logística reversa* e repassadas algumas orientações sobre maneiras de realizar a coleta de materiais e sobre o envio à TerraCycle (uma empresa que busca soluções para resíduos de difícil reciclabilidade), pois a finalidade da comissão é conscientizar a sociedade para que se torne protagonista das ações de *logística reversa*. Também tem sido devagar o retorno. É sempre necessário reforçar a importância das ações.

Além das comunidades católicas, das escolas e dos vicentinos, tentamos parceria com supermercados da cidade, a fim de que os estabelecimentos se tornassem locais de coleta. Ocorreram reuniões com representantes de três grandes redes de supermercados de Governador Valadares, mas nenhuma delas efetivamente se propôs a participar das nossas campanhas. Houve apenas promessas de retorno que não ocorreram ainda.

Outros parceiros que aderem à proposta são particulares que ouvem sobre a *logística reversa* nas igrejas, nos seminários realizados pela CCSS e em outros canais de divulgação e se interessam em ajudar.

Uma das parcerias para divulgação da *logística reversa* ocorreu no Projeto Ecos no Cinema, do curso de Economia da UFJF-GV. Em 13 de novembro de 2019, numa sala do GV Shopping, foi apresentado e debatido o filme “Lixo Extraordinário” com a participação do sociólogo Euler Rodrigues Vieira e de uma das integrantes da Associação dos Catadores de Resíduos Sólidos Reciclando Hoje Por Um Futuro Melhor (Ascarf), que teve uma fala muito marcante sobre a importância da separação de resíduos e do apoio da população nessa tarefa.

Com pequenas ações, e aos poucos, o trabalho vai se difundindo. Em 14 de maio de 2021, ocorreu outro debate em parceria com o Projeto Ecos no Cinema, dessa vez, virtualmente, via Google Meet, e os impactos da poluição foram abordados a partir da perspectiva apresentada no filme “Oceanos de Plástico”. Antes da discussão na plataforma, os alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio do Lourdinás desenvolveram produções textuais sobre o descarte de resíduos, a necessidade de cuidados com o meio ambiente, e participaram de maneira ativa das discussões como resultado de uma proposta idealizada por mim, nas aulas de Literatura, e com o apoio das professoras da área de linguagens do colégio.

Além disso, mesmo não atuando mais como bolsista da CCSS, as parcerias e os trabalhos têm continuidade com a renovação de dirigentes, alunos, bolsistas e voluntários, sempre zelando pela obediência à legalidade, desenvolvendo pesquisas, difundindo o conhecimento através de simpósios, palestras, mesas redondas, com o cuidado de registrar e divulgar todas as ações desenvolvidas com transparência por meio do site oficial da comissão (CCSS).

2.3 Formas de divulgação

Vários são os meios de divulgação da *logística reversa*. Uma das tentativas de disseminação do trabalho foi a proposta de um concurso de redação e desenho sobre o tema. Alguns meses de trabalhos foram dedicados à elaboração do edital, em conformidade com as exigências formais para a realização desse feito, houve abertura de processo solicitando parecer da procuradoria jurídica, mas não houve retorno e essa ideia não foi adiante.

Uma das formas de comunicação utilizada é a produção de artes visuais disponíveis nos sites da CCSS e do Programa Ambiente-se, compartilhadas via WhatsApp, Instagram e outras redes sociais, além de impressas e colocadas nas caixas espalhadas em algumas localidades que apoiam o projeto para recebimento de material, como os exemplos a seguir:

Imagem 1 - Material de escrita



Fonte: Ambiente-se (2021)

Imagem 3 - Apoie nossas campanhas



Fonte: Ambiente-se (2021)

Imagem 2 - Buchas usadas



Fonte: Ambiente-se (2021)

Imagem 4 - Embalagens de ovos



Fonte: Ambiente-se (2021)

Os sites da CCSS e do Programa Ambiente-se contêm informações sobre suas atividades, bem como sobre a composição, o surgimento e os objetivos desses programas (tudo devidamente documentado) e disponibilizam, além das artes apresentadas, várias outras campanhas e projetos. Há uma lista dos locais onde é possível entregar os materiais descartáveis separados e também sugestões sobre práticas ecologicamente corretas.

O Seminário Nacional de Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental (SENESDE) é outro meio eficiente de difundir os estudos e pesquisas relacionados ao incentivo e à divulgação da economia solidária e da *logística reversa*. O SENESDE é organizado pelo Programa de Extensão Ambiente-se em parceria com a CCSS do *Campus GV* e tem o objetivo de promover a educação ambiental, a economia solidária e a discussão sobre a correta destinação de materiais a serem descartados. É um evento que ocorre anualmente, no final do mês de agosto, cuja programação envolve palestras, debates, mesas redondas e apresentação de projetos, com a participação de pessoas (não somente do meio acadêmico) das mais variadas áreas de conhecimentos relacionados aos temas do encontro.

O I SENESDE aconteceu presencialmente em 2019, no prédio do Pitágoras, onde ocorrem as aulas do curso de Direito da UFJF-GV. Já o II SENESDE, em razão da pandemia, foi realizado virtualmente, com a utilização do YouTube e do Google Meet, com inscrições pelo Google Forms e contatos pelo e-mail da CCSS — comissao.coletaseletiva.gv@ufjf.edu.br, além das informações no site oficial — comissao.coletaseletiva.gv@ufjf.edu.br. Apesar de todos os malefícios advindos da pandemia, a utilização do ambiente virtual para a realização do evento fez com que se pudesse alcançar a participação de um número maior de pessoas de diferentes partes do país em virtude da dispensabilidade de deslocamento físico. O III SENESDE ocorreu entre os dias 23 e 27 de agosto de 2021, igualmente de maneira remota.

Existe também o Curso de Extensão sobre Economia Solidária e Políticas Públicas, que conta com a participação de alunos da UFJF-GV e já teve 6 turmas. Participar do Curso Economia Solidária e Políticas Públicas de Geração de Renda é um dos requisitos para integrar a equipe de bolsistas do TP Gestão da CCSS. A participação no curso exige a leitura de artigos e livros, a realização de fichamentos de textos, debates, gravações de vídeos sobre os materiais estudados e, por fim, a produção de um texto científico contendo 10 laudas (no mínimo), e tudo isso contribui para a formação dos estudantes na área de atuação.

Produzir textos é uma atividade que exige esforço e disciplina e sempre gera um pouco de angústia pensar em escrever algo que, muitas vezes, termina engavetado, em razão de ser apenas um pré-requisito para o cumprimento de uma meta. Entretanto, o trabalho que parece exaustivo é necessário para se concluir etapas e iniciar novas fases. Dos muitos ensinamentos durante o curso de extensão e da prática como bolsista, um deles foi a importância de registrar o que realizamos, afinal, são as palavras que imortalizam as ações.

Por isso, para além da apresentação de alguns dos meios usados para a divulgação dos projetos, será também apresentada a metodologia utilizada na pesquisa e os mecanismos de *institucionalização* da *logística reversa* em busca de fortalecer os empreendimentos de economia solidária.

3 BASES METODOLÓGICAS: PESQUISA-AÇÃO

Em 1835, a autora inglesa Harriet Martineau escreveu o livro “Como observar: morais e costumes”, sobre os requisitos indispensáveis à sistematização do conhecimento. Na obra, destacam-se os requisitos necessários a um “viajante” ou “observador” antes de se envolver em observações sobre as morais e costumes de um povo. É preciso ressaltar que a autora fez o uso das palavras “pesquisador” e “pesquisa” poucas vezes, mas demarcou os atributos de quem trabalha com pesquisa, fazendo menções ao “viajante” esclarecido e consciente para se referir ao pesquisador e ao “turista” comum para discorrer sobre quem observa descompromissadamente.

Para Martineau [1835] (2021), a primeira característica necessária a quem tem o intuito de empreender a “observação” (pesquisa) é ter definido “*sobre o que*” se quer saber e “*o que*” se deseja saber. Além disso, quem pesquisa deve sempre se guiar por princípios, não deve ser preconceituoso, não deve se apressar em fazer generalizações nem se desesperar para que suas observações tenham bons resultados.

Porque ele [o observador] não pode estabelecer conclusões verdadeiras por meios imperfeitos, ele não deve desistir de fazer qualquer coisa que seja. Porque ele não pode seguramente generalizar em um sentido, não decorre daí que não exista outro caminho. [...] A experiência de um amplo número de observadores, com o tempo, produziria materiais dos quais um cauteloso filósofo poderia tirar conclusões. É uma regra segura, em moral como na física, que nenhum fato é sem sua utilidade. Todo observador e registrador está cumprindo uma função; e inexistente observador ou registrador que deva sentir desânimo, enquanto ele deseja ser útil ao invés de brilhar [...]. (MARTINEAU, 2021, p. 30-31)

Depreende-se dessa citação, a tentativa de encorajamento à pesquisa por meio da observação. Ainda que esse método não seja perfeito e isento de falhas, e por isso não permita ao pesquisador estabelecer conclusões exatas ou a generalizações seguras, todo trabalho investigativo tem sua utilidade e cumprirá sua função, desde que não seja a autopromoção do pesquisador.

Com algumas semelhanças, porém, sessenta anos depois, em 1895, Émile Durkheim (1858-1917) publicou o livro “As regras do método sociológico”, em que desenvolveu a teoria do fato social, como um objeto de estudo da Sociologia, e mencionou que o caráter convencional de uma prática ou de uma instituição não deve ser presumido, pois somente por meio de pesquisa objetiva e sistemática é possível mostrar como ocorre determinado fenômeno social.

Apesar de reforçar o papel da objetividade na sistematização do conhecimento, Durkheim destacou que a ciência não se acha pronta por pressuposição, mas é construída a partir do sentido, daquilo que se pode perceber sobre as características pertencentes às “coisas” (ALCÂNTARA, 2020). Portanto, ainda que os resultados pretendidos não sejam alcançados nas primeiras tentativas, principalmente nos processos que envolvem educação e conscientização, por serem demorados, o registro dos aspectos simbólicos da linguagem e do comportamento dos participantes nas atividades desenvolvidas contribui com a pesquisa, visto que as observações e os resultados de cada experiência são essenciais para que se possa estabelecer o que funcionou, o tipo de abordagem que precisa ser modificado e, a partir daí, pensar em novas formas de intervenção.

Reafirmando a importância da pesquisa, e no intuito de reconhecer seu papel como um dos pilares na busca de respostas para os problemas sociais, a Constituição Federal, no artigo 207, prescreve que as universidades brasileiras “[...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Esse tripé no qual devem se fundar as instituições de ensino superior possibilitam que a academia exerça sua contribuição frente às demandas sociais, identificando problemas e intervindo nos processos.

Este trabalho é um resultado dessa articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que possibilitou relacionar o conhecimento teórico e acadêmico aos conhecimentos produzidos culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade, a partir de uma metodologia participativa, que recebe o nome de *pesquisa-ação*, e serviu como fonte de observação, experiência, análise e muita aprendizagem.

O conceito de *pesquisa-ação* surgiu em 1946, com o médico, professor e psicólogo alemão de origem judia, Kurt Lewin, e foi desenvolvido com propósito de integração social, no intuito de melhorar a racionalidade e a justiça com base na autorreflexão coletiva. Entretanto, é possível perceber que, muito antes da *pesquisa-ação* ser assim nomeada, outros pensadores já esboçavam as características desse tipo de metodologia, e que ela não é de menor valor como podem pensar alguns pesquisadores, por ser menos objetiva e mais dialógica, por não ter o caráter burocrático das pesquisas convencionais com pressupostos do experimentalismo. A *pesquisa-ação* não deixa de ser uma forma de experimentação em situação real com a intervenção consciente dos pesquisadores (THIOLLENT, 2011). Até porque:

Não há pesquisa sem raciocínio. Quando não queremos pensar, raciocinar, conhecer algo sobre o mundo circundante, é melhor não pretendemos pesquisar. Além disso, quando queremos interferir no mundo precisamos de conceitos, hipóteses,

estratégias, comprovações, avaliações e outros aspectos de uma atividade intelectual. (THIOLLENT, 2011, p. 35)

Avaliar a própria prática no intuito de melhorá-la é uma atitude que costuma ser recorrente, não apenas na educação, mas em várias outras áreas. A *pesquisa-ação* é uma metodologia que se desenvolveu de diferentes maneiras para aplicações diversas. Thiollent (2011, p. 111) aponta que “Um dos objetivos de conhecimento da pesquisa científica consiste em estabelecer generalizações a partir de observações delimitadas no tempo [...] e no espaço [...]”, mas nem sempre esse é o objetivo; principalmente, quando se propõe a buscar soluções para problemas relacionados a fatos sociais e para a organização de ações específicas por meio da aplicação dos conhecimentos disponíveis.

Tripp (2005) ressalta que a *pesquisa-ação* é um dos muitos tipos de investigação-ação, que é uma designação genérica para processos que se desenvolvem em ciclos de aprimoração da prática, que oscilam sistematicamente entre o agir e o investigar a respeito da ação. No intuito de selecionar um problema, o primeiro passo é planejar uma solução, colocar o plano em prática, monitorar e descrever o processo e avaliar os resultados, a fim de encontrar alternativas para melhorar a prática. Existem muitas versões de ciclos com etapas diferentes, a fim de se encaixar sob medida a situações particulares de variadas áreas.

Para Thiollent (2011), os projetos de extensão podem ser uma fonte de ricas possibilidades para a *pesquisa-ação*, quando o conhecimento se desenvolve a partir de formas democráticas de atuação, através da promoção da dialogicidade e não apenas a partir da imposição de uma temática aos supostos interessados. A valorização da comunicação de mão dupla entre os envolvidos no processo de extensão é essencial. E é como funciona o trabalho da CCSS, em que as ações são planejadas e discutidas em reuniões e encontros. Os dados coletados a partir da vivência são divulgados por meio de palestras, seminários, debates em eventos, *lives* e participação em outros projetos e lugares onde seja ofertado espaço para discussão.

A *pesquisa-ação* é “[..] uma atitude favorável à construção e à difusão de conhecimentos no trabalho universitário, como modo de conceber a aprendizagem e a participação da universidade na resolução dos problemas do meio circundante.” (THIOLLENT, 2011, p. 122). Um exemplo disso é o desenvolvimento desta pesquisa de TCC, na modalidade participante, que, ao contrário de várias outras, não será simplesmente engavetada, porque já circula fora dos muros da universidade. Foi pensada e desenvolvida com critérios, técnicas, embasamento teórico e legal, estudo, discussão, e foi estendida a

peças que não pertencem ao ambiente acadêmico, mas não são vistas como ignorantes e desinteressadas. Ao invés disso, fazem parte do processo de conhecimento e de construção da pesquisa com seus objetivos e são percebidas como atores sociais com contribuições a oferecer e não só a receber.

Considerando a participação de variados públicos no desenvolvimento da *pesquisa-ação*, aprender a lidar com as diferenças étnicas, culturais, etárias, religiosas, econômicas, entre tantas outras, é essencial para tentar estabelecer uma comunicação persuasiva, a fim de que as pessoas compreendam a importância das ações que se deseja implementar e façam parte do processo. Especialmente, porque os significados dos conceitos trabalhados não são os mesmos em todos os lugares e para todos os grupos sociais possíveis.

Os grupos e indivíduos têm diferentes percepções e formas de tomada de decisões, segundo seus interesses e crenças. As inspirações e os modos de agir de firmas capitalistas ou de um órgão público não são os mesmos de um grupo de catadores de associações populares ou de uma comunidade agrícola. Ser capaz de identificar as diferenças é fundamental na tentativa de instituir uma comunicação efetiva (THIOLLENT, 2011).

Uma característica da *pesquisa-ação* é servir como apoio aos pesquisadores que pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados e não simplesmente um levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados, como esclarece Thiollent (2011). E isso tem total conexão com a presente pesquisa.

Enfim, a metodologia utilizada não impõe uma ação transformadora aos grupos abrangidos. A função de quem pesquisa é despretensiosa, apenas acompanha, estimula, relata e tenta entender os motivos por que ocorrem determinadas situações e os possíveis desdobramentos. A decisão sobre querer mudar ou não de atitudes depende do interesse dos envolvidos. Ao *pesquisador-ator* (THIOLLENT, 2011) só cabe, eticamente, auxiliar a mudança com o consentimento das pessoas diretamente envolvidas, como é possível verificar neste trabalho. Além da observação participante, as informações aqui apresentadas também foram obtidas por meio de pesquisa documental e bibliográfica.

4 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS COM FOCO NA *LOGÍSTICA REVERSA*

A *institucionalização* decorre da tipificação de hábitos baseada na regulamentação e na *rotinização* das ações (ALCÂNTARA, 2005). O trabalho desenvolvido pela CCSS é pautado numa *rotinização* reflexiva, porque se organiza a partir de uma metodologia questionadora, que elabora ações, acompanha o desenvolvimento e verifica os resultados para tentar encontrar soluções para superar as dificuldades que vão surgindo.

Na obra “Economia Solidária: o dilema da institucionalização”, Alcântara (2005) desenvolve um tópico sobre a possibilidade de *institucionalização* de uma ação social por meio de políticas públicas e aponta para a necessidade de entender o comportamento do grupo. Para isso, apresenta três conceitos para redes, uma vez que não se pode trabalhar com a ideia de redes sociais sem explicitar as maneiras que a palavra pode ser compreendida. São eles:

- 1) O conjunto de empreendimentos solidários autogestionários [...]
- 2) o conhecimento compartilhado intersubjetivamente pelos indivíduos que compõem um grupo [...] e ainda
- 3) o conjunto de relações familiares, pessoais, profissionais, de conhecidos e outras – que os indivíduos estabelecem no decorrer da sua vida e que condiciona, de uma forma ou de outra, tanto a quantidade como a qualidade das informações que esse indivíduo recebe, e atua diretamente nos processos cognitivos-culturais que promovem as interpretações de mundo que o mesmo indivíduo realiza. (ALCÂNTARA, 2005, p. 109-110)

Esses conceitos foram aqui retomados, pois é possível perceber que a aceção de rede enquanto conjunto de relações estabelecidas entre os indivíduos no decorrer da vida, que interfere nos processos de conhecimento e de promoção das interpretações de mundo realizadas, encaixa-se visivelmente à maneira como o trabalho com a linguagem para a busca de sensibilização e adesão às práticas de *logística reversa* foi desenvolvido até então.

É possível correlacionar esse conceito de rede a outra passagem no texto de Heckert *et al* (2003, p. 23), na qual ela afirma que “A comunicação humana somente será estabelecida, quando houver uma integração entre os envolvidos no processo e ao ocorrer uma mensagem clara e sem ruídos”. E vários podem ser os ruídos que impossibilitam que a comunicação se efetive: o código ou a formalidade utilizada pelo locutor e desconhecida pelo interlocutor, a falta de clareza de quem fala ou a falta de atenção e interesse de quem escuta, dentre muitos outros entraves que podem impedir o entendimento. A comunicação somente se efetiva

quando o interlocutor consegue decodificar e compreender o conteúdo da mensagem (WINCH; NASCIMENTO, 2012).

A partir dos relatos anteriormente apontados sobre algumas das atividades desenvolvidas para divulgação dos objetivos da CCSS, verifica-se a elaboração do discurso com base em valores compartilhados entre os grupos envolvidos, a fim de alcançar o engajamento das pessoas e, também é possível verificar que essa mesma linguagem não foi acolhida e não alcançou o efeito esperado nos grupos que não compartilhavam dos mesmos interesses.

A teoria da comunicação, desenvolvida por Roman Jakobson, buscava compreender a finalidade com que a língua é utilizada, ou seja, quais as funções da linguagem na comunicação estabelecida. Segundo o linguista, todo ato comunicacional abarca a presença de um emissor, que emite uma mensagem através de um canal, por meio de um código, que se direciona a um ou mais de um receptor. Há também o contexto em que o receptor está inserido, bem como o contexto de produção da mensagem pelo emissor, que interferem na interpretação da mensagem.

Ao identificar o elemento da linguagem que recebeu maior destaque, é possível distinguir qual é a função predominante no discurso. Na leitura de qualquer texto, consecutivamente, será possível verificar a presença de uma ou mais funções da linguagem, afinal, o uso da fala e da escrita sempre possui uma intencionalidade.

Essa teoria não será aqui aprofundada, mas somente é evocada para demonstrar um dos contextos em que ocorreu a divulgação da *logística reversa* e como a mensagem foi transmitida aos envolvidos (emissores e receptores) com o objetivo de demonstrar os vários benefícios sociais, ambientais e econômicos da coleta seletiva solidária, mas não ocorre de maneira linear e nem sempre alcança o interlocutor como se esperava, pois os diferentes atores envolvidos na pesquisa possuem distintas maneiras de se comunicar.

Heckert (2003), em estudo de caso sobre cooperativas populares, reconhece a importância da linguagem e afirma que:

Em todo ambiente onde exista a presença do ser humano, a comunicação terá papel primordial. As comunicações interpessoais são complicadas, apesar de muitos a considerarem simples. Ao comunicar-se, transmitem-se informações que são encaminhadas a outras pessoas, muitas vezes informações de conteúdos pouco claros, em outras, deixando dupla interpretação e, assim, estas informações são compartilhadas. Mas, se se quer que a mensagem seja compreendida, é necessário que a comunicação seja feita de maneira clara. (HECKERT *et al*, 2003, p. 23)

Não há como desenvolver um trabalho de sensibilização social para implementação de ações com o objetivo de beneficiar as comunidades e as pessoas a elas integradas sem a devida atenção à linguagem a ser utilizada. Por isso mesmo, várias vezes ocorreram oficinas com os catadores, a fim oportunizar formação sobre variados temas, para orientá-los a entender a necessidade de ampliar o conhecimento sobre questões relacionadas aos trabalhos desenvolvidos pela associação, pois, para se *rotinizar* uma atividade é ideal compreender o funcionamento de todas as partes do processo. Não basta a um catador saber separar resíduos. Ele precisa também aprender a lidar com textos escritos, para entender propostas, saber buscar editais, conseguir parcerias, enfim, para ser capaz de se autogerenciar.

Num dos vários projetos que foram desenvolvidos, ocorriam oficinas sobre economia solidária e também era oportunizada assessoria jurídica aos grupos formais em parceria com a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (CIMOS) do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Cáritas e a Pastoral de Rua de Governador Valadares, com o propósito de ampliar e incentivar a *logística reversa* como nova forma de geração de renda, além difundir práticas para melhoria das condições de vida, de renda e de trabalho das pessoas envolvidas com a coleta de resíduos.

Entretanto, num determinado momento, percebeu-se que a adesão às formações estava muito baixa e algumas das justificativas dos associados era que eles não queriam parar de fazer a separação dos materiais para ficar em reuniões e palestras.

Trabalhar com conceitos é uma atividade que exige raciocínio, concentração e interesse, que são fatores básicos para que se consiga estabelecer a regulamentação da atividade e organizar as regras de funcionamento que visam facilitar a ação. Somente depois que o comportamento estiver verdadeiramente institucionalizado, que os indivíduos tiverem compreendido as orientações institucionais, as incertezas serão reduzidas e a participação na tomada de decisões poderá ocorrer de maneira mais efetiva, com maior segurança e menos tempo.

Porém, não é possível a *rotinização* sem esforço e sem reflexividade (*naturalização*), porque as ações institucionalizadas não são automáticas, exigem uma *reflexividade* prática e nem todos os sujeitos estão dispostos a essa tarefa (ALCÂNTARA, 2005). E por mais frustrante que possa ser não conseguir a adesão dos sujeitos em ações que poderiam aumentar a geração de renda e beneficiar a própria relação entre os associados, faz parte da metodologia adotada pela comissão, e de seus valores, o respeito à liberdade individual de agir reflexivamente ou de optar por não assumir essa responsabilidade por não sentir segurança para tal.

Ainda com relação ao processo comunicativo adotado na tentativa de viabilizar a *logística reversa*, não se pode olvidar o trabalho de divulgação iniciado e ainda em andamento na comunidade São Geraldo e no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, utilizando o material sobre Políticas Públicas da Campanha da Fraternidade 2019 (CF 2019) e também o conceito de *casa comum*, presente na encíclica *Laudato Si*, de Papa Francisco (2015), como suporte para introduzir a proposta de separação e destinação correta de resíduos de difícil reciclagem (TEMPESTA, 2019).

O material traz um convite do Papa Francisco (2015) à conversão ecológica global a partir de uma abordagem detalhada sobre os devidos cuidados com a *casa comum*, que é o nosso planeta, sobre a necessidade de mudança no estilo de vida, de revisão dos hábitos de consumo por meio de uma alfabetização ecológica e do desenvolvimento de uma ética do cuidado (TEMPESTA, 2019). E, a partir dessa mensagem que está diretamente relacionada ao propósito das ações da CCSS, foi possível divulgar as campanhas e incentivar a coleta, pois o ambiente era favorável e as ideias eram convergentes.

A mesma mensagem, entretanto, não alcançou resultado eficiente com um público distinto. A não adesão da proposta de *logística reversa* por parte das redes de supermercados de Governador Valadares, por exemplo, com as quais tentou-se parceria, demonstra que públicos diferentes exigem a elaboração da linguagem de modo a encontrar o visgo que possa incutir nas empresas o interesse de investir em ações favoráveis à destinação correta de resíduos. Isso demonstra que a utilização de discursos pautados na importância do cuidado com a *casa comum* não alcançam a mesma repercussão em grupos com interesses diferentes.

Harari (2020), em sua obra *Sapiens*, conta que os argelinos, na Guerra da Independência de seu país (1954-1962), conseguiram derrotar o exército francês sem ter nenhuma vantagem numérica, tecnológica e econômica, porque souberam mobilizar o mundo a favor de sua causa e, desse modo, alcançaram apoio de uma rede mundial anti-imperialismo, demonstrando que até mesmo superpotências podem ser derrotadas se a batalha local for transformada numa causa global. Para conquistar um feito assim, é preciso encontrar formas de mobilizar ações, visando o cuidado com o meio ambiente e com todos os seres que o habitam. Esse tipo de proposta ambiciosa certamente requer um trabalho elaborado com a linguagem. O desafio é encontrar as palavras capazes de persuadir e instigar a mudança.

A dificuldade da coleta seletiva se deve a variados fatores. Verifica-se que muitas pessoas não sabem qual é a destinação adequada aos resíduos, quais materiais são ou não são recicláveis, qual é a maneira correta de separar o que será descartado. É preciso ter paciência

e insistência. Há quem se propõe a separar os resíduos, contudo, não fazendo da maneira correta, a reciclagem do material fica comprometida. Um problema comum nas relações humanas é o hábito que as pessoas têm de pressupor que todos sabem o que elas sabem. Entretanto, nem tudo que parece óbvio para alguns é do conhecimento de todos. Por isso, quem se dispõe a organizar ações para incentivar práticas como as da *logística reversa* precisa reservar um tempo para explicar o que parecia não ser necessário.

Há casos em que, mesmo sendo oferecido o serviço de coleta seletiva com o caminhão da associação de catadores, o trabalho não alcança uma quantidade maior de material coletado, porque as pessoas muitas vezes desconhecem os pontos e horários em que devem ser deixados os resíduos, pois não estão dispostas a pensar em detalhes ou pesquisar sobre o assunto. Colocam os materiais a qualquer hora do dia, em qualquer lugar, pois não parece ter muita importância quem vai recolher e em qual horário, a intenção é somente se livrar do entulho. Há relatos sobre escolas que têm coletores, mas os objetos recicláveis não são recolhidos, porque as pessoas que deveriam se responsabilizar por essa tarefa não os colocam do lado de fora do colégio por acreditarem que a obrigação de recolher o conteúdo dentro da instituição deveria ser dos catadores, como se apenas eles fossem os interessados, esquecendo que existem rotas e horários a serem cumpridos pelos profissionais da coleta.

Os cidadãos ignoram também que no caminhão de coleta seletiva somente são transportados os resíduos recicláveis e ficam indignados quando os catadores retiram apenas parte do material que foi colocado no ponto, uma vez que nem tudo era reciclável. A revolta das pessoas é por pensar que não custava nada recolher todo o volume separado, mas esquecem que o papel dos funcionários do caminhão de coleta seletiva não é o mesmo do pessoal do serviço de limpeza urbana. Há uma dificuldade de compreensão acerca da função de cada um, porque isso demanda conhecimentos que nem sempre as pessoas demonstram interesse em saber.

Ao divulgar a *logística reversa*, foi possível verificar casos de pessoas, no próprio convívio familiar, que não queriam mais separar o material reciclável, porque o catador não recolhia tudo que estava separado, como as camarinhas de ovos usadas. Em conversa com várias pessoas da comunidade São Geraldo, foi possível perceber que quase ninguém sabia que as embalagens de ovos não são recicláveis e, portanto, os catadores não as recolhem. Outro detalhe sobre o recolhimento das camarinhas para reutilização é a necessidade de explicar que o recipiente só tem utilidade se não estiver rasgado, amassado ou sujo. Esse é apenas um dos vários exemplos de materiais que não podem ser reciclados, mas podem ser reutilizados e que as pessoas geralmente desconhecem. Muitos nem sequer entendem que os

objetos, mesmo para serem reciclados, não podem ser amontoados de qualquer maneira; precisam estar limpos, secos, vedados, de acordo com as características do material.

É um hábito as pessoas perguntarem o que ganharão com essa atitude. E quando perguntam isso, o fazem interessadas em saber qual é o retorno financeiro na prática. Não é sem razão que, no Brasil, quase 98% das latinhas de alumínio utilizadas são recicladas (AGÊNCIA BRASIL, 2016). Isso se deve ao custo benefício do material. Se o material descartado não tem valor de mercado, não há interesse em fazer o recolhimento e o descarte adequado, porque como afirma Alcântara (2005, p. 80), “[...] a solidariedade não acontece gratuitamente — com exceção daquela realizada pelos altruístas”.

Entretanto, é preciso lembrar que os indivíduos mais atuantes na coleta seletiva não fazem esse tipo de serviço apenas por consciência ambiental, mas como fonte de renda e de sobrevivência. Não quer dizer que o catador seja alienado quanto à importância de seu trabalho e nem que ele deva pensar primeiramente na coletividade e ignorar suas necessidades pessoais. A tentativa da CCSS é justamente encontrar um meio termo e conseguir adeptos para *institucionalizar a logística reversa*, contribuindo com a preservação ambiental e também com geração de renda para as pessoas que (sobre)vivem dessa atividade, uma vez que a comissão não visa puramente reagir a um comando, porém atuar proativamente.

Quando se tem pressa para atender a necessidades básicas, é difícil pensar em esforços que demandam longo prazo e dependem da contribuição de muitas pessoas. Por isso, o esforço para promover a coleta seletiva solidária dentro e fora do *campus* é feito em parceria com as associações de catadores, com a comunidade acadêmica e com a sociedade civil.

O principal objetivo da CCSS ao trabalhar a importância do trabalho solidário não é realizar doação baseada na dádiva e no dom, na cooperação obrigatória, mas ampliar os vínculos sociais de maneira conscientizada para (re)inserir os indivíduos no mercado como empreendedores sustentáveis (ALCÂNTARA, 2005).

Segundo Martineau (2021, p. 219), o coração humano sempre é tocado pelo sofrimento visível e:

A mais alta caridade de todas é aquela que objetiva à prevenção ao invés do alívio do mal. Quando qualquer considerável número da sociedade está engajado nesse trabalho, o espírito de fraternidade está ocupado lá, e a progressão da sociedade é apurada. [...] embora seja bom aliviar a fome, é melhor tomar cuidado para que todos que trabalham devam comer como um padrão de direito [...] embora seja bom ensinar o ignorante que vem em seu caminho, é melhor prover os meios de conhecimento, como de comida para todos. Em resumo, é uma caridade muito

nobre prevenir a destituição, o crime e a ignorância, do que aliviar indivíduos que nunca deveriam ter sido feitos destituídos, criminosos e ignorantes (MARTINEAU, 2021, p. 219).

Ou seja, as necessidades urgentes demandam ações imediatas, mas trabalhos com a finalidade de tentar resolver problemas vivenciados continuamente ao longo do tempo requerem um espírito de progressão apurado, pois, justamente em razão da demora dos resultados, ensejam um engajamento perseverante, afinal, tão importante quanto aliviar necessidades prementes é implementar ações que impeçam a perpetuação dos problemas.

Como já foi afirmado anteriormente, a CCSS realiza vários tipos de ações, inclusive no intuito de resolver demandas urgentes agravadas pela pandemia. Um exemplo disso foi a participação em conjunto com o Programa Ambiente-se na Campanha “Ambiente-se e Solidariedade”, elaborada para arrecadação de alimentos, sabonetes e álcool, com a finalidade de prestar algum auxílio às famílias do bairro Turmalina, de Governador Valadares/MG, entre os dias 07 de abril a 17 de maio de 2021 (AMBIENTE-SE, 2021).

Entretanto, a maior parte das campanhas são pensadas a médio e longo prazo, pois o intuito é *institucionalizar* ações, desenvolver hábitos que possibilitem conciliar geração de renda, a economia solidária e práticas de cuidado ambiental. E, apesar de a institucionalização da *logística reversa* não ter um viés assistencialista, emergencial, e nem voltado à caridade religiosa, foi possível verificar que, por enquanto, na divulgação das propostas da CCSS, parcela da sociedade civil que demonstrou receptividade para tentar fazer funcionar esse trabalho está concentrada entre as pessoas que não buscam retorno financeiro nem soluções imediatas para os problemas ambientais e sociais.

Logo, tendo em vista todos os aspectos abordados, é possível perceber que a coleta seletiva é atitude essencial para contribuir na construção de uma sociedade mais solidária e sustentável, pois essa prática, além de preservar o meio ambiente, evitando a constante retirada de matéria-prima da natureza, também pode gerar renda para os envolvidos com esse trabalho.

O adjetivo “solidária” que compõe o nome da CCSS se justifica, porque o processo só é possível com a cooperação, com o cuidado mútuo, que faz parte da essência humana segundo diferentes autores, entre eles, Leonardo Boff (1999), que em sua obra “Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra”, aborda que apesar de em muitos aspectos ocorrer a desnaturalização de grande parte nossa cultura, a essência humana não se perdeu. E essa essência é o cuidado e a compaixão.

Se as crianças, e mesmo adultos, na década de 1990, já tiveram "tamagochis" para brincar e aprender a indispensabilidade do cuidado com o outro, a assumir compromissos e responsabilidades para a convivência e a harmonia social, por que não seria possível diante de tantas tragédias, da desigualdade social e dos crimes ambientais, desenvolver atitudes de cuidados simples como práticas diárias e naturais por meio do estímulo a abandonar condutas de autodestruição e percorrer um caminho de conversão de hábitos cotidianos, políticos, culturais, públicos e privados? (BOFF, 1999).

A fim de tentar incentivar esses comportamentos ecologicamente adequados, a CCSS de Governador Valadares, desde sua implantação em 2018, se empenha na *institucionalização* da coleta seletiva, da *logística reversa* e da economia solidária. Dificuldades para que esse trabalho funcione são recorrentemente encontradas e novas soluções são procuradas num processo contínuo e persistente.

Apesar da existência do Decreto Federal 5940/2006, da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outras regulamentações, ainda se verifica a falta de conhecimento do programa de coleta seletiva por parte da comunidade acadêmica, a falta de triagem dos resíduos, o descuido dos indivíduos que não fazem o descarte nos coletores devidos e nem sequer compreendem o conceito de seco e úmido para a coleta seletiva. E mesmo sendo uma imposição governamental, não foi adotada em todos os órgãos estatais.

Vários são os desafios e este trabalho poderá servir como registro e fonte sobre o tema com base nas experiências da CCSS. Os objetivos da comissão só poderão ser plenamente alcançados quando houver mudanças nos hábitos e comportamentos das pessoas. E esse é um processo lento e difícil, mas que precisa ser assumido.

As iniciativas da CCSS por meio dos vários projetos até aqui desenvolvidos são uma semente, cujos frutos espera-se que a geração futura possa colher e continuar plantando. As campanhas de incentivo e informação, definitivamente, não podem parar, pois até se desenvolver uma constância é preciso sempre divulgar e cobrar para não cair no esquecimento. Não basta instituir uma política, é imprescindível que ocorra com periodicidade a verificação das ações e dos resultados para, reflexivamente, manter ou alterar práticas.

5 CONCLUSÃO

Defender causas, *institucionalizar* ações passa necessariamente pelo estudo, pela pesquisa e pela linguagem. A participação no Curso Economia Solidária e Políticas Públicas demonstrou a importância de estudar e buscar conhecer o objeto fundante das ações que pretendemos empreender.

Independentemente de até onde se conseguiu chegar, da quantidade de pessoas que o projeto da *logística reversa* foi capaz de abarcar, o ensinamento é que qualquer ação necessita de um começo e de pessoas dispostas a pensar, observar, registrar, pesquisar e procurar soluções para resolver os problemas que surgem na sociedade e desafiam a capacidade humana a se engajar em variadas causas.

Como foi apontado na pesquisa desenvolvida, as atividades embasadas na metodologia da *pesquisa-ação*, não pretendem impor comportamentos ou práticas. O intuito é incentivar a reflexão, a criticidade e apresentar a possibilidade de adotar novas posturas na tentativa de resolver determinados problemas, considerando sempre as decisões dos envolvidos, pois, quando a liberdade vinculada ao agir das pessoas é respeitada, verifica-se que, exatamente por serem livres, os indivíduos podem afirmar sua reflexividade ou reflexivamente dispensá-la (ALCÂNTARA, 2005), não cabendo ao pesquisador realizar julgamentos.

Longe de ter encontrado alternativas para aumentar a conscientização acerca da *logística reversa*, este trabalho apenas apontou brevemente alguns caminhos trilhados, algumas conquistas e muitos desafios a serem vencidos, além da indiscutível necessidade de *institucionalização* de práticas mais conscientes e sustentáveis, por meio da produção científica, que se desenvolve através da interação com a comunidade, e de projetos de extensão, que possibilitam interligar os conceitos estudados na universidade à intervenção social em favor do meio ambiente ou de qualquer outra causa que necessite de apoio.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Fernanda H. C. **Economia Solidária**: o dilema da institucionalização. São Paulo: Editora Arte e Ciência, 2007.
- ALCÂNTARA, Fernanda H. C. Institucionalismo, racionalidade e solidariedade em cooperativas populares. In: HECKERT, Sônia (Org.). **Cooperativismo popular**: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2003.
- ALCÂNTARA, Fernanda H. C. **Os clássicos no cotidiano**. 2. ed. Governador Valadares: Ed. do Autor, 2020.
- BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar**: Ética do humano - compaixão pela terra. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. Disponível em: <<https://renasf.fiocruz.br/sites/renasf.fiocruz.br/files/artigos/BOFF%2C%20Leonardo.%20Saber%20cuidar.%20%C3%A9tica%20do%20humano%2C%20compaix%C3%A3o%20pela%20terra.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2021.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. **Estado de direito**. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1999. Disponível em: <<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=005702#!10>>. Acesso em: 31 ago. 2021.
- CRESPO, Carlos Frederico *et al.* Cooperativas populares: estudo de caso. In: HECKERT, Sônia (Org.). **Cooperativismo popular**: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2003.
- FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si**: sobre o cuidado da casa comum. Roma, Itália: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. 50. Ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.
- HECKERT, Sônia Maria Rocha et al. Cooperativas Populares: Estudo de Caso. In: HECKERT, Sônia (Org.). **Cooperativismo Popular**: Reflexões e Perspectivas. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2003.
- HUBERMAN, Leo. **A história da riqueza do homem**. Zahar, 1981. (PDF)
- MARTINEAU, Harriet. **Como observar**: morais e costumes. Tradução: Fernanda Henrique Cupertino Alcântara. Governador Valadares: Fernanda Henrique Cupertino Alcântara, 2021. p. 219. (Original publicado em 1838).
- OLIVEIRA, Vanderli Fava et al. Organização da produção de cooperativas populares. In: HECKERT, Sônia (Org.). **Cooperativismo popular**: reflexões e perspectivas. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2003.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema Integrado de Bibliotecas. **Orientações para elaboração de trabalhos científicos**: projeto de pesquisa, teses, dissertações, monografias, relatório entre outros trabalhos acadêmicos, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). 2. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2016. Disponível em: . Acesso em: 29 ago. 2021.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Periódicos:

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. Políticas públicas municipais e Economia Solidária. **Interações**, 2014.

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. Municipalização e políticas públicas. Juiz de Fora, **CSOnline** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, ano 4, ed. 10, 2010.

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. As reformas legais e o processo de descentralização. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, 2011.

ALCÂNTARA, Fernanda H. C et al. Precarização do trabalho e alternativas de renda. Colômbia, **Revista Cooperativismo e Desarrollo**, volume 19, n. 98.

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. O Cooperativismo segundo o Direito e a Sociologia do Trabalho. Salvador, **O&S – Organizações e Sociedade**, v. 21, n. 68, 2014.

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. Economia Solidária: projetos e práticas. Londrina, **SEMINA – Ciências Sociais e Humanas**, v. 34, n. 1, 2013.

ALCÂNTARA, Fernanda H. C. Políticas públicas municipais: poderes e poderes. Belo Horizonte, **Perspectivas em Políticas Públicas**, vol. III, n. 05, 2010.

DEMAJOROVIC, Jacques; MASSOTE, Bruno. Acordo Setorial de Embalagem: avaliação à luz da responsabilidade estendida do produtor. **Revista de Administração de Empresas**. 57(5), Set./Out. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-759020170505>>. Acesso em: 01 set. 2021.

FERNANDES, Sheila Mendes; RODRIGUEZ, Carlos Manuel Taboada; BORNIA, Antonio Cezar; TRIERWEILLER, Andréa Cristina; SILVA, Solange Maria da; FREIRE, Patrícia de Sá. **Revisão sistemática da literatura sobre as formas de mensuração do desempenho da logística reversa**. Gestão e Produção, jan/mar. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-530X3177-16>>. Acesso em: 01 set. 2021.

PICHETH, Sara Fernandes; CASSANDRE, Marcio Pascoal; THIOLLENT, Michel Jean Marie. Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo. **Educação**. Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), s3-s13, dez. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.24263>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ep/a/3DkbXnqBQyq5bV4TCL9NSH/?lang=pt&format=pdf>>.
Acesso em: 06 jun. 2021.

Documentos jurídicos:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.940**: de 25 de outubro de 2006. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.404**: de 23 de dezembro de 2010. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm>. Acesso em 18 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.305**: de 2 de agosto de 2010. Regula a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 03.08.2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 18 ago. 2021.

Fontes:

ACORDO Setorial para implantação do sistema de logística reversa de embalagens em geral. Disponível em: <https://sinir.gov.br/images/sinir/Embalagens%20em%20Geral/Acordo_embalagens.pdf>. Acesso em: 01 set. 2021.

AMBIENTE-SE e solidariedade. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/ambientese/projetos/ambiente-se-e-solidariedade/>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

APOIE nossas campanhas. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/ambientese/coleta-seletiva/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BLOG.Eureciclo. Tudo o que você precisa saber sobre logística reversa. Disponível em: <<https://blog.eureciclo.com.br/tudo-que-voce-precisa-saber-sobre-logistica-reversa/>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

AGÊNCIA Brasil. Brasil recicla 98% das latinhas de alumínio de bebidas. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/brasil-recicla-98-das-latinhas-de-aluminio-de-bebidas/>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

BUCHAS usadas. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/ambientese/coleta-seletiva/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

EMBALAGENS de ovos. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/ambientese/coleta-seletiva/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MATERIAL de escrita. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/ambientese/coleta-seletiva/>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Lula envia projeto de lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos à Câmara. Disponível em: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/lula-envia-projeto-de-lei-da-politica-nacional-de-residuos-solidos-a-camara>>. Acesso em: 14 ago. 2021.

O QUE É Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/3705-politica-nacional-de-residuos-solidos-pnrs.html>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

O QUE É logística reversa. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/3692-logistica-reversa.html>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

POLEN. Quais empresas precisam fazer a logística reversa dos resíduos sólidos? 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.creditodelogisticareversa.com.br/post/t-quais-empresas-precisam-fazer-a-logistica-reversa-dos-residuos-solidos>>. Acesso em: 01 set. 2021.

PROJETO PILOTO. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11vtEW5zIILpqWFsM8PmCdKIN9_ho1mux/view>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SALABERT, Duda. **Palestra:** Duda Salbert. [S.l.]: A condição da educação e da universidade na composição da crise das instituições democráticas, ago. 2021. Palestra concedida ao Centro Acadêmico de Discentes de Direito UFJF-GV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FdFuY8dnUr4&feature=youtu.be>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

TEMPESTA, João Orani. Vamos cuidar da nossa “casa comum”. Disponível em: <<https://www.cnbb.org.br/vamos-cuidar-da-nossa-casa-comum/>>. Acesso em: 06 abr. 2021.

TERRACYCLE. Disponível em: <<https://www.terracycle.com/pt-BR>>. Acesso em: 01 set. 2021.

WINCH, Paula Gaida; NASCIMENTO, Silvana Schwab. A teoria da comunicação de Jakobson: suas marcas no ensino de Língua Portuguesa. <<https://www.ufjf.br/projetodeoralidade/files/2018/06/LD-A-teoria-da-comunica%c3%a7%cc3%a3o-de-Jakobson.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2021.